

**PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0004060-94.2010.2.00.0000**

**Requerente:** Conselho Superior da Justiça do Trabalho

**Requerido:** Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região (RS)

---

**JUSTIÇA DO TRABALHO - PROPOSTA DE ANTEPROJETO DE CRIAÇÃO DE VARAS DO TRABALHO, CARGOS DE JUIZ E DE SERVIDORES, DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO - TRT DA 4ª REGIÃO - DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE – ACOLHIMENTO PARCIAL.** Demonstrada a necessidade de incremento da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, seja pelo comprovado crescimento econômico e social da Região, que resulta no aumento da demanda processual trabalhista, seja pela implementação de medidas administrativas de racionalização do atendimento jurisdicional, que não geraram a manutenção da demanda em níveis aceitáveis para as unidades jurisdicionais, a via legislativa para aumento do número de varas do trabalho e de cargos e funções comissionadas deve ser autorizada. Assim, como observados pela proposta do TRT da 4ª Região os limites legal (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e prudencial (Lei de Responsabilidade Fiscal) para gasto com pessoal e encargos sociais e a Resolução 63/10 do CSJT (que estabelece os parâmetros numéricos para incremento de cargos), resta acolhido, em parte, o pleito, para a criação de 17 Varas do Trabalho - Canoas (4ª e 5ª), Caxias do Sul (5ª e 6ª), Erechim (3ª), Esteio (2ª), Estrela (2ª), Gravataí (3ª e 4ª), Lajeado (2ª), Passo Fundo (3ª e 4ª), Rio Grande (3ª e 4ª), Santa Rosa (2ª), São Leopoldo (4ª), Taquara (4ª); 17 cargos de Juiz do Trabalho Substituto; 17 cargos em Comissão CJ-3 (Diretor de Secretaria); 114 cargos efetivos de Analista Judiciário (97 da Área Judiciária e 17 da Área de Execução de Mandados) e 39 cargos efetivos de Técnico Judiciário (Área Administrativa).

**Parecer favorável à proposta do Requerente.**

## I) RELATÓRIO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) apresentou **proposta** para a criação de 22 Varas do Trabalho, 44 cargos de Juiz de Vara (22 Titulares e 22 Substitutos), 134 cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária, 44 cargos de Analista Judiciário - Execução de Mandados, 199 cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa, 44 cargos de Técnico Judiciário - Segurança, 22 cargos em comissão CJ-03, 5 cargos em comissão CJ-02, 71 funções comissionadas FC-04, 22 funções comissionadas FC-03, 71 funções comissionadas FC-02 e 22 funções comissionadas FC-01, argumentando com o intenso e crescente movimento processual de demandas nas Varas do Trabalho em todo o Estado do Rio Grande do Sul, decorrente do **crescimento econômico** que este experimenta, sendo certo, ainda, que a projeção de crescimento se matém para os próximos anos. Pontua, igualmente, os esforços da Administração, remanejando Varas e alterando jurisdições (DOC2, p. 2-3).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminha ao Conselho Nacional de Justiça, após estudo da proposta pelos setores de estatística, gestão de pessoas e orçamento e finanças e sua aprovação integral, **Anteprojeto de Lei para a criação de** (TST-PA-21744-80.2010.5.00.0000, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, Órgão Especial, DJ de 09/06/10), sedimentando o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho que considerados os fatores de **crescimento econômico contínuo do Estado do Rio Grande do Sul**, da **situação geográfica da Região** e das **necessidades demonstradas pelo aumento da demanda processual trabalhista**, bem assim que as **despesas** decorrentes da proposta **não excedem os limites legal e prudencial**, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o **Anteprojeto** deveria ser **acatado na íntegra** (DOC15, p. 56-66).

O Comitê Técnico de Apoio do CNJ foi **contrário** à aprovação da proposta (Evento 24).

É o relatório.

## II) FUNDAMENTAÇÃO

A **motivação** do oferecimento do **Anteprojeto** residiu, principalmente, na circunstância de que, tentadas pela Administração as possibilidades que se fizeram mais aceitáveis perante as comunidades (pois precedidas de Audiências Públicas com a participação destas), tais como a criação de Postos da Justiça do Trabalho, o remanejamento de Varas do Trabalho para foros de maior movimentação processual e a alteração de jurisdições, com vistas ao cumprimento dos princípios da duração razoável do processo e do amplo acesso à justiça, **não houve resolução dos problemas relacionados com o aumento da demanda processual trabalhista**. Tais questões, ainda, vinculam-se ao demonstrado **crescimento econômico e social contínuo do Estado do Rio Grande do Sul**, nos setores automobilístico, calçadista, de celulose, de serviços e do polo naval.

Acresça-se, ademais, às razões elencadas que a **última alteração** pertinente à ampliação das unidades do TRT da 4ª Região data de **2003**, tendo-se pautado pelos

dados estatísticos do triênio 1997-1999, não notabilizando a ascendente curva de crescimento da demanda.

Reforçam a **justificativa** da proposta em comento os seguintes **aspectos**, considerando os indicadores estatísticos do ano de 2009:

**a) a população jurisdicionada** pelo 4º TRT é a **6ª maior** do País (10.914.128 habitantes), tendo, todos os **496 Municípios, jurisdição trabalhista**; todavia, **só há Varas do Trabalho em 55 deles**;

**b) o quantitativo de casos novos** (494,48, para cada 100.000 habitantes), a **taxa de recorribilidade externa** nas Varas (86,80%) e em execução (131,94%) e a **carga de trabalho anual** para cada juiz de TRT (2.775,19 processos) e mensal (194,01) **ou foram o maior índice no País ou ficaram entre os quatro maiores**, revelando que, mesmo sendo o maior índice nacional de quantitativo médio mensal de processos julgados por juiz de TRT, não houve possibilidade de contenção do aumento da demanda processual na esfera laboral;

**c) em pelo menos 7 Municípios** (Canoas, Caxias do Sul, Estância Velha, Lajeado, Osório, Passo Fundo e São Leopoldo), a **média anual de processos recebidos** no último triênio havia sido **superior a 1.500 processos**, estando autorizada, portanto, nos moldes da **Resolução 63/10 do CSJT**, a criação de mais Varas e, por consequente, dos cargos de magistrado e de servidores, com as respectivas funções e cargos comissionados próprios da estrutura;

**d) para obedecer ao critério** entabulado pela Resolução 63/10 do CSJT, de que as **FCs/CJs devem corresponder a 62,5% do quantitativo de servidores**, a criação dos 421 cargos efetivos postulados e de CJs e FCs, se distribuídos nos montantes de 1.329 FCs e 137 Cargos em Comissão nas Varas do Trabalho, continuaria a ser observado o percentual determinado (Parecer da Assessoria de Estatística do CSJT) (DOC14, p. 1-22).

Pelo prisma do **impacto orçamentário** decorrente da criação das unidades, cargos e funções, o parecer da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho atesta que, *"o acréscimo da despesa (da ordem de R\$ 34.089.804,26 em 2010 e R\$ 58.439.664,45 no biênio seguinte) não excederá aos limites (legal e prudencial) estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) para gasto com pessoal e encargos sociais"* (DOC14, p. 39-40).

Nessa esteira, sendo legítimos os motivos expostos, bem como respeitados os limites legal e prudencial, sendo observada, ainda, a Resolução 63/10 do CSJT, opina-se pela **aprovação** da criação de **22 novas Varas do Trabalho** - Canoas (4ª e 5ª), Capão da Canoa (1ª), Caxias do Sul (5ª e 6ª), Erechim (3ª), Estância Velha (2ª), Esteio (2ª), Estrela (2ª), Gravataí (3ª e 4ª), Lajeado (2ª), Nova Prata (1ª), Passo Fundo (3ª e 4ª), Rio Grande (3ª e 4ª), Santa Rosa (2ª), São Leopoldo (4ª), São Sebastião do Caí (1ª), Taquara (4ª) e Tramandaí (1ª) -, bem como pela criação de **44 cargos de Juiz do Trabalho** (22 cargos de Juiz do Trabalho Titular e 22 cargos de Juiz do Trabalho Substituto), **178 cargos de Analista Judiciário** (134 cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária e 44 cargos de Analista Judiciário - Execução de Mandados), **243 cargos de Técnico**

**Judiciário** (199 cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa, 44 cargos de Técnico Judiciário - Segurança), **27 cargos em comissão** (22 cargos em comissão CJ-03 e 5 cargos em comissão CJ-02) e **186 funções comissionadas** (71 funções comissionadas FC-04, 22 funções comissionadas FC-03, 71 funções comissionadas FC-02 e 22 funções comissionadas FC-01).

Curvo-me, no entanto, ao entendimento da maioria deste Conselho, ressaltando entendimento pessoal e reformulando meu voto, para **ACOLHER EM PARTE** a proposta do TRT da 4ª Região, no sentido da **criação** de:

**1) 17 Varas do Trabalho** - Canoas (4ª e 5ª), Caxias do Sul (5ª e 6ª), Erechim (3ª), Esteio (2ª), Estrela (2ª), Gravataí (3ª e 4ª), Lajeado (2ª), Passo Fundo (3ª e 4ª), Rio Grande (3ª e 4ª), Santa Rosa (2ª), São Leopoldo (4ª), Taquara (4ª);

**2) 17 cargos de Juiz do Trabalho Substituto;**

**3) 17 cargos em Comissão CJ-3** (Diretor de Secretaria);

**4) 114 cargos efetivos de Analista Judiciário** (97 da Área Judiciária e 17 da Área de Execução de Mandados);

**5) 39 cargos efetivos de Técnico Judiciário** (Área Administrativa).

Brasília, 29 de junho de 2010

Ministro **IVES GANDRA**

Relator